

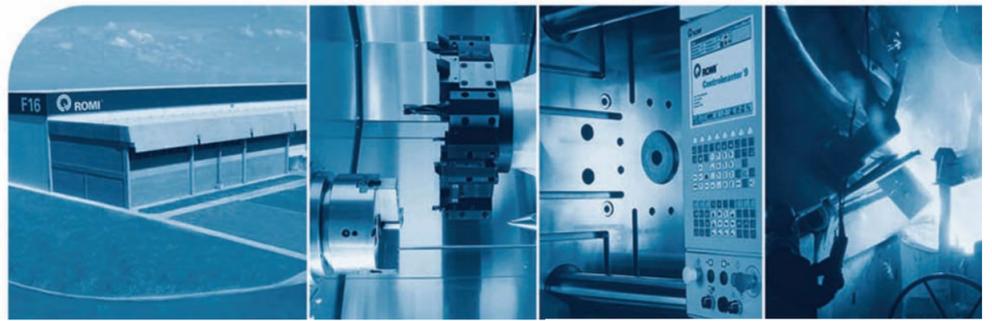


ROMI

TRADIÇÃO EM INOVAR

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 56.720.428/0001-63
www.romi.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2010

Prezados Senhores:

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à Sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Indústria Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes.

O ano de 2010 foi um ano de recuperação do nível de atividade econômica, que possibilitou a recomposição da formação bruta de capital na economia doméstica. Estes fatores associados a maior disponibilidade de crédito pelo BNDES ao setor de bens de capital, contribuíram para que diversos segmentos da atividade econômica retomassem seus níveis de utilização da capacidade instalada. Entretanto, esta mesma recuperação, fez com que o país recebesse uma forte ingresso de moeda estrangeira, provocando a apreciação do Real, o que prejudicou a competitividade de nossos produtos em relação aos concorrentes estrangeiros, no Brasil e no exterior.

A indústria brasileira expandiu 10,5% no ano de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), maior alta obtida no período desde 1986. Porém, não necessariamente esse alto valor representa otimização da capacidade instalada, uma vez que em 2009 houve uma retração de 7,4% nesse mesmo índice, provocada pela crise internacional.

O primeiro semestre do ano passado teve a expansão mais forte, de 16,2%, especialmente devido a medidas governamentais de estímulos e incentivos fiscais, como por exemplo o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), linhas de financiamento do BNDES especialmente voltada à aquisição de bens de capital, mercado no qual a Romi atua, e a redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI).

Na segunda metade do ano, o setor produtivo encontrou dificuldades especialmente em função do câmbio valorizado, que prejudica a competitividade das fábricas brasileiras tanto no mercado interno quanto externo.

A Companhia buscou direcionar ainda mais esforços no sentido de racionalização de processos, otimização de recursos e, consequentemente, maximização do retorno gerado pelo negócio. A constante busca pela excelência esteve ainda mais fortemente acompanhada da busca pela inovação em 2010. Para garantir a competitividade e qualidade de seus produtos, a Romi esteve atenta a todas as oportunidades que surgiram no mercado. Nosso foco continua a ser a busca de melhores formas de trabalho, processos mais enxutos, redução de custos, por meio de melhoria contínua dos processos produtivos e administrativos, mantendo sempre a nossa competitividade.

Entre os principais acontecimentos do ano, destacamos: (i) no dia 20 de maio, faleceu o Sr. Carlos Chiti, co-fundador e presidente do Conselho Consultivo da Companhia; (ii) no mês de junho de 2010 a Romi atingiu a marca de 150 mil máquinas produzidas nas suas unidades fabris e (iii) também em junho, foi comemorado seus 80 anos de atuação, onde destacamos o pioneirismo e inovação, que fizeram parte do crescimento do Brasil e mais recentemente, começaram a marcar presença global, com operações industriais na Itália e subsidiárias de comercialização e assistência técnica na Europa e Estados Unidos.

Para 2011, a perspectiva é otimista. De acordo com o boletim Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil no dia 28 de janeiro de 2011, o crescimento industrial no ano deve ser de 5,03% para uma expansão de 4,6% do PIB e dólar a R\$1,75.

A economia na zona do euro, principal mercado externo da Romi, dá sinais de que atividade manufatureira deverá retornar ao ritmo de crescimento em 2011. O índice Markit do setor manufatureiro subiu de 57,1 para 57,3 em janeiro, excedendo a estimativa preliminar de 56,9, indicando que o setor está recuperando força na maior parte da região. Na Alemanha, o índice manufatureiro vem crescendo há cinco meses e a Itália teve o primeiro crescimento manufatureiro desde junho de 2006.

Com 80 anos de história, marcados pelo pioneirismo e inovação, a Romi inicia o ano de 2011 apostando, primeiramente, em sua própria capacidade de lidar tanto com momentos de prosperidade quando com os de adversidades por meio de suas operações industriais no Brasil e na Itália e subsidiárias de comercialização e assistência técnica na Europa e Estados Unidos, e também no crescimento econômico brasileiro e global. A Romi está preparada e buscou novos mercados e produtos para maximizar os resultados com a retomada do crescimento.

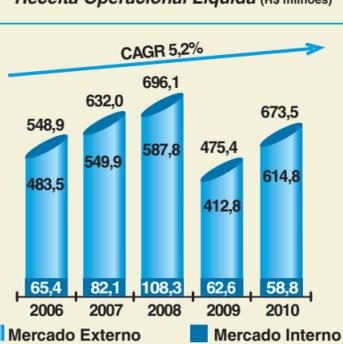
1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Receita Operacional Líquida

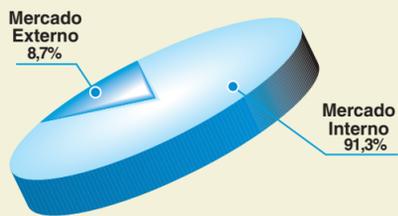
No acumulado dos doze meses de 2010, a Receita Operacional Líquida Consolidada apresentou crescimento de 41,7% em comparação com o mesmo período de 2009, atingindo R\$ 673,5 milhões e superando tanto o crescimento do PIB Industrial e quanto o da Formação Bruta de Capital Fixo. Esse resultado é fruto do bom desempenho geral das operações da Companhia e pelo desempenho positivo da atividade industrial no Brasil, assim como o investimento em inovação, considerado estratégico pela Romi. Os produtos lançados nos últimos três anos foram responsáveis por aproximadamente 65,0% da Receita Operacional Líquida em 2010.

Em 2010, as exportações representaram 8,7% (US\$ 33,9 milhões) da Receita Operacional Líquida, em comparação com 13,2% (US\$ 32,2 milhões) obtidos em 2009. No acumulado, a Europa representou 65,9% (62,7% em 2009), os EUA representaram 24,2% (27,3% em 2009), a América Latina 9,4% (8,7% em 2009) e outros países 0,5% (0,3% em 2009).

Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)



Receita Operacional Líquida Participação das Exportações - 2010



Margens

Em 2010, a margem bruta obtida pela Companhia aumentou 5 pontos percentuais em relação a 2009, subindo de 31,0% para 36,0%. Já a margem operacional de 2010, impactada pelo aumento de faturamento e de produtividade da Companhia em relação a 2009, foi 9,5 pontos percentuais superior, passando de 1,9% para 11,4%.

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA (Lucro Antes dos Resultados Financeiros, Impostos, Depreciação e Amortização) em 2010 foi R\$ 100,9 milhões, com margem EBITDA de 15,0%. Tal montante representa um crescimento de quase 3,5 vezes sobre o EBITDA obtido em 2009, que foi de R\$ 29,1 milhões.

EBITDA (R\$ milhões) e Margem EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



Resultado Líquido

O lucro líquido alcançado pela Romi em 2010 foi de R\$ 68,7 milhões, resultado mais de 5 vezes superior ao obtido em 2009, impactado positivamente pelo reconhecimento de crédito tributário de aproximadamente R\$ 5,8 milhões já líquidos de IR e CSLL no 3T10. Tais créditos referem-se a tributos previdenciários de um processo tributário ativo, com êxito favorável à Companhia.

2. DESEMPENHO DAS UNIDADES DE NEGÓCIOS

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócio. A Unidade de Negócio Máquinas-Ferramenta, que congrega as linhas de Tornos Convencionais, Tornos a CNC (controle numérico computadorizado), Centros de Usinagem e Tornos Verticais e Horizontais Pesados e Extrapesados, é a maior unidade de negócio da Companhia, tendo sido responsável por 63,4% da Receita Operacional Líquida em 2010. A unidade de Máquinas para Plásticos, que correspondeu a 26,6% da Receita Operacional Líquida nesse mesmo ano, fabrica injetoras de plástico com força de fechamento de 40 até 4000 toneladas, no Brasil, e até 5.500 toneladas, na Itália, e sopradoras de plástico para peças de até 100 litros. A Unidade de Negócio Fundidos e Usinados está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 toneladas por ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 25 toneladas, tendo contribuído com 10,0% da Receita Operacional Líquida de 2010.

Desempenho das Unidades de Negócios	Máquinas-Ferramenta	Máquinas para Plásticos	Fundidos e Usinados	Total
Receita Operacional Líquida (em R\$ mil)				
2010	427.104	179.413	67.012	673.529
Participação na ROL	63,4%	26,6%	10,0%	100,0%
2009	310.672	119.859	44.903	475.434
Participação na ROL	65,3%	25,2%	9,4%	100,0%
Variação 2010/2009	37,5%	49,7%	49,2%	41,7%
Volume de Vendas				
2010	2.350 unidades	425 unidades	23.495 toneladas	
2009	1.454 unidades	309 unidades	14.018 toneladas	
Variação 2010/2009	61,6%	37,5%	67,6%	
Margem Bruta				
2010	42,7%	32,6%	3,0%	36,0%
2009	38,1%	29,3%	-13,7%	31,0%
Variação 2010/2009				
(Em pontos percentuais)	4,6	3,3	16,7	5,0
Margem Operacional Antes do Resultado Financeiro (EBIT)				
2010	17,9%	3,3%	-8,3%	11,4%
2009	10,6%	-9,2%	-28,6%	1,9%
Variação 2010/2009				
(Em pontos percentuais)	7,3	12,5	20,3	9,5

3. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Conforme deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 07 de dezembro de 2010, foi efetuado, em 21 de janeiro de 2011, o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, imputáveis ao dividendo mínimo obrigatório de 2010, no montante bruto de aproximadamente R\$ 10,4 milhões, representando R\$ 0,14 por ação.

4. INVESTIMENTOS

Os investimentos, em 2010, totalizaram R\$ 33,3 milhões (R\$ 51,8 em 2009), destinados, basicamente, para a manutenção e ampliação do parque industrial, ampliação das unidades de montagem e em tecnologia da informação.

5. MERCADO DE CAPITAIS

Ao final de 2010, as ações ordinárias da Companhia (ROMI3) estavam cotadas a R\$ 14,50 e apresentaram variação positiva de 23,6%, em relação ao final de 2009. O Índice Bovespa, no mesmo período, teve uma variação positiva de 1,04%.

O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$ 1.084 milhões e o volume médio diário de negociação, durante o ano de 2010, foi de R\$ 699 milhões.

6. ATUAÇÃO SOCIAL

A Companhia, tendo uma preocupação constante com o alinhamento de todos os colaboradores aos objetivos e estratégia da empresa, dentro de um ambiente ético, de constante desenvolvimento profissional visando e assegurando o bem-estar e a qualidade de vida aos funcionários, proporciona uma série de benefícios.

Além disso, procura, por si ou por meio da Fundação Romi, da qual é mantenedora, fazer investimentos sociais em prol da comunidade, dentro dessa mesma política. Desde 2003, além de destinar a parcela de 1% do Imposto de Renda devido, para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), a Companhia adotou um programa de incentivo junto a seus funcionários, para que estes, também, destinassem a parcela a que têm direito as pessoas físicas. O programa tem apresentado um resultado elogiável e, em 2010, foi destinado, pelos funcionários da Companhia, o montante de 122 mil reais, ao FDCA.

Romi Controladora - Dados de Atuação Social - R\$ mil	2009	2010	Variação 10/09
Número de Empregados em 31/Dezembro	2.296	2.758	20,12%
Folha de Pagamento Total com Encargos	152.163	175.322	15,22%
Impostos e Contribuições Recolhidos	93.571	131.005	40,01%
Investimentos em Treinamento	1.137	993	-12,66%
Transporte, Alimentação, Assistência Médica e Odontológica	9.391	11.105	18,25%
Esportes e Recreação dos Funcionários	132	1.049	694,70%
Previdência Privada dos Funcionários	3.339	2.161	-35,28%
Meio Ambiente	1.622	3.448	112,58%
Programa de Participação nos Lucros e Resultados	1.105	10.134	817,10%
Investimentos Sociais	501	1.033	106,19%
Doação dos Funcionários - FDCA	118	122	3,39%

7. PRÊMIOS

Pelo segundo ano consecutivo a Romi integra o ISE, Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA, indicador composto por ações de empresas que apresentam alto grau de comprometimento com práticas de sustentabilidade e governança corporativa. A carteira, que vai vigorar de 03 de janeiro a 29 de dezembro de 2011, tem a Romi como a única empresa do setor de máquinas e equipamentos que alcançou a certificação duas vezes consecutivas. Atualmente, o ISE é composto por 38 companhias.

A Romi recebeu, mais uma vez, o PPR - Prêmio Plásticos em Revista, promovido pela Editora Definição. A premiação tem como objetivo reconhecer e estimular a excelência, a inovação e o dinamismo das melhores empresas que atuam na indústria de plásticos do Brasil em 2010. O prêmio alcançado pela empresa foi referente ao Top Equipamentos, na categoria Injetoras de Plástico. Nesse mesmo segmento, a Romi já recebeu o troféu nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007. Esse pentacampeonato comprova a qualidade e a eficiência das máquinas da companhia e representa a continuada confiança dos clientes na qualidade e na excelência dos produtos e serviços oferecidos.

A Romi Itália, subsidiária de Indústrias Romi S.A., obteve a recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 para as seguintes funções em sua unidade fabril na Itália: projeto, fabricação e serviços associados de injetoras de plásticos; e venda de peças de reposição. Os seus processos foram auditados pelo TÜV e essa certificação é válida até 2013. Essa conquista confirma que os processos dentro da Romi Itália estão estruturados e mantidos de forma a atender os requisitos do cliente, do governo e da própria empresa, refletindo o seu comprometimento com a Política Integrada Corporativa para Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional.

Carlos Chiti, considerado co-fundador da Romi, recebeu em memoriam, em 19 de outubro de 2010, em São Paulo, uma homenagem do Prêmio Inovar para Crescer, em reconhecimento à contribuição dada para a indústria brasileira e por uma de suas principais características: sua visão em consolidar a inovação como uma das principais ferramentas para o desenvolvimento da empresa e de seus clientes. Com o lema Tradição em Inovar, a Romi foi a primeira companhia a receber esse reconhecimento, em 2005.

8. AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Companhia Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

9. AGRADECIMENTOS

Novamente, a Romi entrega resultados sólidos e continua comprometida com a geração de valor, de maneira sustentável, para os acionistas, clientes, colaboradores e parceiros de negócios.

Cientes da responsabilidade de sermos reconhecidos como referência empresarial, no setor de soluções para a indústria de manufatura, pela qualidade e excelência dos nossos produtos, serviços, corpo de colaboradores e administração, continuaremos a trabalhar fortemente para fornecermos as melhores soluções para todos os setores industriais do país e para maximizar o retorno gerado aos nossos acionistas.

A Administração agradece o apoio e a confiança que têm recebido, continuamente, dos seus acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros de negócios com os quais se relaciona e se compromete a continuar trabalhando para a manutenção deste apoio e confiança.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	60.687	193.247	246.935
Duplicatas a receber	5	76.091	60.724	87.364
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	6	350.935	342.155	350.935
Partes Relacionadas	7	19.160	20.621	-
Estoques	10	228.223	205.221	263.460
Impostos e contribuições a recuperar	8	11.698	13.899	14.090
Outros créditos		12.517	9.800	13.924
Total do ativo circulante		759.311	845.667	976.708
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Duplicatas a receber	5	14.544	4.468	14.544
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	6	500.103	477.737	500.103
Partes relacionadas	10	7.182	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	6.718	10.498	9.943
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b	19.996	15.747	19.996
Depósitos judiciais	16	24.466	17.999	24.466
Outros créditos		18.009	5.903	19.064
Investimentos em controladas, incluindo ágio	9	211.538	66.937	-
Imobilizado, líquido	11	271.819	262.672	289.018
Intangível	9	5.333	3.658	7.350
Total do ativo não circulante		1.079.708	865.619	884.484
TOTAL DO ATIVO		1.839.019	1.711.286	1.861.192

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE				
Financiamentos	12	23.370	22.996	24.927
Financiamentos - FINAME fabricante	13	303.579	284.390	303.579
Fornecedores		39.572	26.566	48.323
Salários e encargos sociais	14	33.046	20.192	36.422
Impostos e contribuições a recolher	15	9.983	9.230	11.305
Adiantamentos de clientes		7.223	7.145	7.579
Dividendos e juros sobre o capital próprio		9.369	8.801	9.602
Participações a pagar		2.590	1.347	2.590
Outras contas a pagar		4.761	4.851	5.842
Provisão para passivo a descoberto - controlada	9	2.561	2.182	-
Partes relacionadas	10	165	188	-
Total do passivo circulante		436.219	387.888	450.169
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos	12	212.451	206.840	212.615
Financiamentos - FINAME fabricante	13	454.304	405.967	454.304
Impostos e contribuições a recolher	15	4.721	3.642	4.721
Provisão para passivos eventuais	16	26.429	20.323	26.429
Outras contas a pagar		3.562	2.550	3.612
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.291	1.420	7.325
Total do passivo não circulante		702.758	640.742	709.006
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		700.042	682.656	702.017
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.839.019	1.711.286	1.861.192

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
Custo dos produtos e serviços vendidos	25	(399.878)	(301.910)	(430.776)
LCURO BRUTO		223.526	125.718	242.753
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Vendas	25	(56.455)	(49.712)	(62.687)
Gerais e administrativas	25	(56.422)	(40.245)	(69.168)
Pesquisa e desenvolvimento	25	(23.489)	(21.088)	(24.838)
Participação e honorários da Administração	25	(9.676)	(7.753)	(9.809)
Tributárias	25	(1.533)	(1.452)	(1.829)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(1.343)	(2.430)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	27	1.456	3.828	2.479
Total		(147.462)	(118.852)	(165.822)
LCURO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO				
RESULTADO FINANCEIRO		76.064	6.866	76.901
RESULTADO FINANCEIRO		76.064	6.866	76.901
Receitas financeiras	26	23.712	16.350	26.050
Despesas financeiras	26	(16.407)	(6.252)	(16.520)
Variação cambial, líquida		(5.301)	(5.745)	(5.283)
Total		2.004	4.353	5.355
LCURO OPERACIONAL		78.068	11.219	81.148
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Corrente	19.a	(14.517)	(2.224)	(16.776)
Diferido	19.a	4.378	2.887	4.378
LCURO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		67.929	11.882	68.750
ATRIBUÍDO À:				
Participação dos acionistas da controladora		67.929	11.882	67.929
Participação dos acionistas não controladores		-	-	821
LCURO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO		0,91	0,16	0,16



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Atribuído à participação dos controladores						Participação atribuída aos acionistas da controladora		Participação dos acionistas não-controladores	
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Outros resultados abrangentes acumulados	Lucros acumulados	Lucros acumulados	Total	Total		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 - ajustado	489.973	2.052	166.302	36.833	203.135	5.649	700.809	2.536	703.345	
Lucro líquido do exercício originalmente publicado	-	-	-	-	-	-	12.101	926	13.027	
Ajustes para harmonização ao IFRS	-	-	-	-	-	-	(2.19)	(2.19)	(2.19)	
Lucro líquido do exercício - ajustado	-	-	-	-	-	-	11.882	926	12.808	
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	(10.123)	(10.123)	(10.123)	
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no período	-	-	-	-	-	-	(10.123)	926	2.685	
Aquisição de ações de emissão própria	17	-	(10.194)	-	(10.194)	-	-	-	(10.194)	
Destinações:										
Reserva legal	17	-	-	605	605	(605)	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/95	17	-	(5.924)	-	(5.924)	-	(3.794)	(9.718)	(9.718)	
Dividendos distribuídos (equivalentes a R\$ 2,87 por ação)	17	-	-	-	-	-	-	(1.465)	(1.465)	
Retenção de lucros	17	-	-	7.483	7.483	(7.483)	-	-	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 - ajustado	489.973	2.052	157.667	37.438	195.105	(4.474)	682.656	1.997	684.653	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	67.929	821	68.750	
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	(13.165)	(13.165)	(13.165)	
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no período	-	-	-	-	-	-	67.929	821	55.585	
Destinações:										
Reserva legal	17	-	-	3.396	3.396	(3.396)	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/95	17	-	(11.657)	-	(11.657)	-	(25.721)	(37.378)	(37.378)	
Dividendos distribuídos (equivalentes a R\$ 1,99 por ação)	17	-	-	-	-	-	-	(843)	(843)	
Retenção de lucros	17	-	-	38.812	38.812	(38.812)	-	-	-	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	489.973	2.052	184.822	40.834	225.656	(17.639)	700.042	1.975	702.017	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	67.929	11.882	68.750	12.808
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Provisão para imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	19.a	10.139	(663)	12.398
Recitas e despesas financeiras e variação cambial, líquida dos rendimentos de aplicações financeiras	(3.291)	5.939	(3.868)	5.865
Depreciação e amortização	11	23.313	18.895	24.041
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos	12.299	4.097	12.692	4.436
Perda (ganho) na alienação de imobilizado	(1.534)	(4.330)	(1.526)	(4.006)
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto líquidos dos dividendos recebidos	13.192	24.756	-	-
Provisão para realização do estoque	(2.609)	4.757	(3.216)	4.957
Provisão para passivos eventuais	7.005	4.447	7.005	4.447
VARIAÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Títulos mantidos para negociação		37.932		53.721
Duplicatas a receber	(17.292)	2.713	(14.884)	(1.428)
Partes relacionadas	(6.221)	10.277	-	-
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	18.187	33.902	18.187	33.902
Estoques	(20.933)	28.067	(20.137)	28.765
Impostos e contribuições a recuperar	1.732	1.840	1.180	1.560
Depósitos judiciais	(6.467)	(4.196)	(6.467)	(4.196)
Outros créditos	(13.096)	(10.149)	(14.161)	(7.162)
VARIAÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	10.355	5.214	13.956	5.539
Partes relacionadas	40	(1.540)	-	-
Salários e encargos sociais	11.955	(11.853)	13.430	(10.954)
Impostos e contribuições a recolher	(2.038)	4.756	(2.728)	1.558
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Indústria Romi S.A. ("Companhia"), listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA desde 23 de março de 2007, tem por objeto a produção e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral, a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligado à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados, e a exportação e importação, a representação por conta própria ou de terceiros e a prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou costista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros. O parque industrial da Companhia é formado por 11 fábricas, em 3 estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, no Estado de São Paulo, e 2 na região de Turim, na Itália. A Companhia possui, ainda, participação em controladas no Brasil e no exterior, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem: • As demonstrações financeiras individuais da controladora, as quais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09; • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado. • As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas na equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.1. Alterações nas práticas contábeis brasileiras - aplicáveis ao individual: A Administração da Companhia declarou conforme fato regulador, adotou antecipadamente os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com vigência prevista para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Dessa forma, esses pronunciamentos foram aplicados em 31 de dezembro de 2009. O seguinte novo pronunciamento foi emitido e resultou em impactos nas demonstrações financeiras: • CPC 42 - Adoção Inicial das normas técnicas CPC 15 a 41 - revisão aprovada pela Deliberação nº 651/10 de 03 de dezembro de 2010. Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos em 2010 e, embora aplicáveis à Companhia, não resultaram em impactos nas demonstrações financeiras quando de sua adoção inicial: • CPC 01 - Redução do valor recuperável; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 639 de 07 de outubro de 2010. • CPC 03 - Demonstrações de Fluxo de Caixa: revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 641 de 07 de outubro de 2010. • CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; revisão aprovada pela Deliberação nº 647 de 07 de outubro de 2010. • CPC 04R - Ativo Intangível; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 644 de 02 de dezembro de 2010. • CPC 05R - Divulgação de Partes Relacionadas; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 642 de 07 de outubro de 2010. • CPC 08R - Custos de Transação e Prêmio na emissão de Títulos e Valores Mobiliários; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 649 de 16 de dezembro de 2010. • CPC 41 - Resultado por Ação; aprovação pela Deliberação CVM nº 636 de 06 de agosto de 2010. A seguir estão apresentados os principais efeitos no patrimônio líquido e no resultado do exercício, controladora e consolidado, decorrentes da adoção antecipada dos CPCs:

	Controladora - 2009		Consolidado - 2009	
	Publicado	Ajustes	Publicado	Ajustes
Patrimônio líquido				
Patrimônio líquido publicado		682.875		682.875
Descrição dos ajustes para as novas práticas:				
Amortização do intangível oriundo da aquisição da JAC Indústria Metalúrgica		(332)		(332)
Impostos diferidos referentes à amortização do intangível		113		113
Patrimônio líquido ajustado		682.656		682.656
Resultado do exercício				
Resultado do exercício (antes da participação dos acionistas não controladores)		12.101		13.027
Descrição dos ajustes para nova prática:				
Amortização do intangível oriundo da aquisição da JAC Indústria Metalúrgica		(332)		(332)
Impostos diferidos referentes à amortização do intangível		113		113
Lucro líquido antes da participação dos acionistas não controladores		11.882		12.808
Participação minoritária		-		(926)
Lucro líquido ajustado		11.882		11.882

	Controladora - 2009		
	Publicado	Ajustes	Ajustado
Fluxo de caixa			
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado:			
Lucro líquido do exercício	12.101	(219)	11.882
Depreciação e amortização	18.563	332	18.895
Provisão para imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(550)	(113)	(663)
Outros ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado	39.666	-	39.666
Atividades operacionais	158.126	-	158.126
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(81.754)	-	(81.754)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	6.960	-	6.960

	Consolidado - 2009		
	Publicado	Ajustes	Ajustado
Fluxo de caixa			
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado:			
Lucro líquido do exercício	13.027	(219)	12.808
Depreciação e amortização	19.618	332	19.950
Provisão para imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(1.841)	(113)	(1.728)
Outros ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado	15.699	-	15.699
Atividades operacionais	136.578	-	136.578
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(46.995)	-	(46.995)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	3.331	-	3.331

2.2. Alterações nas práticas contábeis internacionais - aplicáveis ao consolidado: O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novos e revisados apresentados a seguir. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. As novas normas, interpretações e revisões ainda não editadas pelo CPC estão apresentadas a seguir: • IAS 12, Impostos Diferidos, efetivo para os exercícios com início em 1º de janeiro de 2011. • IAS 24, Divulgação de Partes Relacionadas, efetivo para os exercícios com início em 1º de janeiro de 2011. • IFRS 13, Classificação de Diretos, efetivo para os períodos iniciados em fevereiro de 2010. • IFRS 14 (emenda), "Adoção Inicial", efetivo para exercícios com início em 1º de janeiro de 2011. • IFRS 9, Instrumentos Financeiros, efetivo para os exercícios com início em 1º de janeiro de 2013. • IFRIC 14 (emenda), Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento, efetivo para os exercícios com início em 1º de janeiro de 2011. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRS. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos CPCs 15 a 40. Os efeitos da adoção das IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 2.1. As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são as seguintes: **2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** As informações referentes às controladas incluídas na consolidação são mensuradas usando-se a moeda do país em que a entidade opera (a moeda funcional). A Companhia define a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias analisando: a) a moeda; b) que mais influencia os preços de bens e serviços (geralmente, trata-se a moeda na qual o preço de venda de seus produtos e serviços está expresso e aceito); c) Do país cujas forças regulamentares mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos ou serviços; d) que mais influencia a mão de obra, material e outros custos para o fornecimento de produtos ou serviços (geralmente, trata-se a moeda na qual tais custos estão expressos e são liquidados); e) Na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras (exemplo: emissão de títulos de dívida em ações). Na qual são normalmente acumulados valores recebidos de atividades operacionais. Os seguintes fatores adicionais também foram considerados na determinação da moeda funcional da entidade no exterior: a) Se as atividades da entidade no exterior são desenvolvidas com uma extensão da Companhia e não com um grau significativo de autonomia. Um exemplo da extensão é quando uma entidade no exterior que vende somente produtos importados da Companhia e remete para esta o resultado das transações; b) Um exemplo de uma entidade no exterior autônoma é quando esta acumula caixa e outros itens monetários, incorre em despesas, gera receitas e obtém empréstimos,

totalmente ou substancialmente na moeda local do país onde ela opera; b) Se as transações com a Companhia são uma proporção alta ou baixa das atividades da entidade no exterior; c) Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior afetam diretamente os fluxos de caixa da Companhia e se estão prontamente disponíveis para remessa à sede; d) Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior são suficientes para cobrir dívidas existentes e esperadas sem necessidade de aporte de recursos pela Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e as conversões são efetuadas de acordo com os critérios a seguir: **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os resultados e a posição financeira são apresentados em moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Exceto quanto à conversão de saldos de investimentos de controladas no exterior, que são registrados diretamente em conta específica do patrimônio líquido, os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira no encerramento das demonstrações financeiras são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda das controladas incluídas no consolidado e os investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nemhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias), que têm moeda funcional diferente da moeda considerada nas demonstrações financeiras consolidadas, são convertidos conforme segue: i. Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras; ii. O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época; as mutações no patrimônio durante o exercício corrente são convertidas pela taxa de suas respectivas datas de ocorrência; iii. As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; iv. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica "Outros Resultados Abrangentes". **2.6. Ativos financeiros:** Os investimentos são reconhecidos e baixados na data da transação em que a compra ou venda de um investimento está sob contrato cujos termos requerem entrega do investimento dentro de um cronograma estabelecido pelo mercado ao qual pertence, e são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos transacionais, exceto pelo ativo financeiro de liquidação antecipada. Os custos transacionais são reconhecidos em uma conta classificadas nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Método dos juros efetivos:** O método dos juros efetivos é um método de cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocação dos juros durante o período de maturação. Quando a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor. **Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas:** Os ativos financeiros são classificados como ativos ao valor justo através de lucros e perdas: a) quando a negociação ou o propósito designado ao valor justo através de lucros e perdas é reconhecido em uma conta classificadas nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Método dos juros efetivos:** O método dos juros efetivos é um método de cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocação dos juros durante o período de maturação. Quando a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor. **Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas:** Os ativos financeiros são classificados como ativos ao valor justo através de lucros e perdas: a) quando a negociação ou o propósito designado ao valor justo através de lucros e perdas é reconhecido em uma conta classificadas nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Método dos juros efetivos:** O método dos juros efetivos é um método de cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocação dos juros durante o período de maturação. Quando a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor. **Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas:** Os ativos financeiros são classificados como ativos ao valor justo através de lucros e perdas: a) quando a negociação ou o propósito designado ao valor justo através de lucros e perdas é reconhecido em uma conta classificadas nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Método dos juros efetivos:** O método dos juros efetivos é um método de cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocação dos juros durante o período de maturação. Quando a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor. **Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas:** Os ativos financeiros são classificados como ativos ao valor justo através de lucros e perdas: a) quando a negociação ou o propósito designado ao valor justo através de lucros e perdas é reconhecido em uma conta classificadas nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Método dos juros efetivos:** O método dos juros efetivos é um método de cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocação dos juros durante o período de maturação. Quando a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor. **Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas:** Os ativos financeiros são classificados como ativos ao valor justo através de lucros e perdas: a) quando a negociação ou o propósito designado ao valor justo através de lucros e perdas é reconhecido em uma conta classificadas nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Método dos juros efetivos:** O método dos juros efetivos é um método de cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocação dos juros durante o período de maturação. Quando a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor. **Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas:** Os ativos financeiros são classificados como ativos ao valor justo através de lucros e perdas: a) quando a negociação ou o propósito designado ao valor justo através de lucros e perdas é reconhecido em uma conta classificadas nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Método dos juros efetivos:** O método dos juros efetivos é um método de cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocação dos juros durante o período de maturação. Quando a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor. **Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas:** Os ativos financeiros são classificados como ativos ao valor justo através de lucros e perdas: a) quando a negociação ou o propósito designado ao valor justo através de lucros e perdas é reconhecido em uma conta classificadas nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Método dos juros efetivos:** O método dos juros efetivos é um método de cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocação dos juros durante o período de maturação. Quando a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor. **Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas:** Os ativos financeiros são classificados como ativos ao valor justo através de lucros e perdas: a) quando a negociação ou o propósito designado ao valor justo através de lucros e perdas é reconhecido em uma conta classificadas nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Método dos juros efetivos:** O método dos juros efetivos é um método de cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocação dos juros durante o período de maturação. Quando a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor. **Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas:** Os ativos financeiros são classificados como ativos ao valor justo através de lucros e perdas: a) quando a negociação ou o propósito designado ao valor justo através de lucros e perdas é reconhecido em uma conta classificadas nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Método dos juros efetivos:** O método dos juros efetivos é um método de cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocação dos juros durante o período de maturação. Quando a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor. **Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas:** Os ativos financeiros são classificados como ativos ao valor justo através de lucros e perdas: a) quando a negociação ou o propósito designado ao valor justo através de lucros e perdas é reconhecido em uma conta classificadas nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Método dos juros efetivos:** O método dos juros efetivos é um método de cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocação dos juros durante o período de maturação. Quando a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor. **Ativos financeiros ao valor justo através de lucros**



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

(a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, a seguir estão descritos os critérios mais significativos utilizados nas principais rubricas das demonstrações financeiras: **a) Imposto de renda diferido:** O método passivo de contabilização é usado para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade do montante a registrar do ativo fiscal. **b) Vida útil de ativos de longa duração:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que representa as práticas da indústria e sua experiência prévia. Entretanto, a vida útil econômica real pode variar com base na atualização tecnológica ou outros fatores objetivos. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação desses ativos. **2.20. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pela receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisição de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e despesas financeiras). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Consomida-se existir controle quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, a saber:

Controlada	País	Objetivo principal
Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor")	Brasil	empresas e participações em geral
Romi Machine Tools, Ltd. ("Romi Machine Tools")	Estados Unidos da América	Distribuição de máquinas-ferramenta, fundidos e usinados para a América do Norte
Intercean Comércio Importadora e Exportadora S.A. ("Intercean")	Brasil	representações comerciais em períodos apresentados
Romi A.L. S.A. ("Romi A.L.") - anteriormente denominada Favel S.A. Helen Acquisition Corp.	Uruguai	representação comercial para a América Latina
Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	Alemanha	Holding não operacional que tem por objetivo a participação em outras sociedades
Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	Itália	Assistência técnica e apoio a revendedores da Europa, Ásia, África e Oceania

Controladas da Romi Itália:

	Helen Acquisition Corp.	Romi Itália e controladas	Rominor
Ativo:	31/12/10	31/12/09	31/12/09
Circulante	153.792	46.869	50.587
Não circulante	-	14.246	15.885
Total do ativo	153.792	61.115	66.472

	Romi Itália e controladas	Rominor
Passivo:	31/12/10	31/12/09
Circulante	156	20.906
Não circulante	-	13.409
Patrimônio líquido	153.636	26.800
Total do passivo e patrimônio líquido	153.792	61.115

Os saldos sintéticos de balanço, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, das principais rubricas das demonstrações financeiras das controladas consolidadas são demonstrados no quadro a seguir. As demonstrações financeiras das controladas Romi Machine Tools, Intercean, Romi Europa e Romi A.L. não estão apresentadas, devido à irrelevância dos saldos.

	Romi Itália e controladas	Rominor
Receita operacional, líquida dos impostos	35.231	31.424
Lucro bruto	5.420	6.891
Lucro (prejuízo) operacional	11.978	14.253
Resultado antes dos impostos	11.978	14.253
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	387	(12.002)

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 das controladas localizadas no exterior, preparadas nas mesmas datas-base das demonstrações financeiras da controladora, foram ajustadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, quando aplicável. Na consolidação, foram eliminados os saldos e as transações entre as Companhias, atrelados aos seguintes procedimentos: **a)** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as consolidadas. **b)** Quando significativos, eliminação dos lucros contidos nos estoques decorrentes de operações entre as Companhias. **c)** Eliminação dos saldos de investimentos da controladora com os saldos de capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das controladas. **d)** Eliminação dos saldos de receitas, custos e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias. **e)** Destaque do lucro da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	Consolidado
Caixa	3.565	9.219
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	41.078	150.990
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	13.616	38.416
"Time deposit" (b)	2.271	-
Outros	64	164
Total de caixa e equivalentes de caixa	60.687	246.935

(a) As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Esses ativos possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI. (b) Essas aplicações financeiras são efetuadas em dólares norte-americanos com rentabilidade de 0,16% a 0,20%, na controladora, e 0,40% a 0,83% ao ano, no consolidado, prefixados. Essas aplicações financeiras possuem como objetivo a proteção do capital em relação à variação cambial, em um eventual processo de aquisição no exterior. Os saldos de aplicações financeiras na controladora reduziram significativamente em relação a 31 de dezembro de 2009, uma vez que a Companhia aumentou o capital social da controlada integral Helen Acquisition Corp, através da transferência de titularidade das suas aplicações financeiras em moeda estrangeira e remessa de numerários, em abril de 2010, no valor total de R\$165.715 (US\$92 milhões).

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora	Consolidado
Circulante:	31/12/10	31/12/09
Clientes no país	73.403	57.465
Clientes no exterior	4.295	7.576
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(407)	(878)
Total	76.091	64.793

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o saldo das duplicatas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise das duplicatas e dos valores a receber de clientes em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela Administração, como segue: (a) montantes de até R\$5, vencidos acima de 180 dias; (b) montantes entre R\$6 e R\$30 (sem cobrança judicial), vencidos acima de 180 dias; e (c) montantes acima de R\$30 (com cobrança judicial), vencidos acima de 360 dias. Para todas essas situações, são provisionados os montantes integrais dos débitos em atraso. A Companhia possui R\$5.289 em 31 de dezembro de 2010 (R\$9.751 em 31 de dezembro de 2009) em operações de "vendedor" com seus clientes. Nessas operações, a Companhia figura como solidária responsável. Caso haja inadimplência por parte do cliente, a Companhia arca com o pagamento à instituição financeira, mediante sub-rogação da garantia do bem alienado ao agente financeiro. O saldo de duplicatas a receber é representado líquido das operações de "vendedor". O saldo de duplicatas a receber de clientes no País em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	31/12/10	31/12/09
Valores a vencer	66.067	48.073
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.906	5.415
De 31 a 60 dias	420	732
De 61 a 90 dias	1.889	220
De 91 a 180 dias	452	1.002
De 181 a 360 dias	428	1.137
Mais de 360 dias	1.241	886
Total - circulante (controladora)	73.403	57.465
Saldos das controladas	1.238	257
Total - circulante (consolidado)	74.641	57.722

O saldo de duplicatas a receber de clientes no exterior em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	31/12/10	31/12/09
Valores a vencer	3.444	10.226
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	627	1.695
De 31 a 60 dias	32	174
De 61 a 90 dias	-	214
De 91 a 180 dias	27	362
De 181 a 360 dias	101	131
Mais de 360 dias	64	1.799
Total das duplicatas a receber - circulante	4.295	14.601

entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente. **(b) FINAME em atraso:** refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia não registrou provisão para eventual perda na realização desse saldo, por possuir reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real) e, portanto, acreditar que, em eventual execução dessa garantia real, o montante seria suficiente para cobrir o total devido pelos clientes. Para os casos em que houve deterioração do valor do bem em relação ao valor da dívida e nas situações em que o bem não tenha sido localizado, provisões para perda são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como segue:

	Controladora	Consolidado
Valores a vencer	31/12/10	31/12/09
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	5.734	5.122
De 31 a 60 dias	3.742	3.335
De 61 a 90 dias	3.397	7.772
De 91 a 180 dias	6.250	7.634
De 181 a 360 dias	8.021	14.452
Mais de 360 dias	9.521	6.942
Total - circulante	358.886	342.155

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	Controladora	Consolidado
A vencer:	31/12/10	31/12/09
2011	250.765	-
2012	173.551	-
2013	73.241	-
2014	2.546	-
2015 e após	500.103	-
Total - não circulante	1.060.370	1.060.370

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.069	3.882
Créditos baixados definitivamente da posição	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.951	7.951

7. ESTOQUES

	Controladora	Consolidado
Produtos acabados	61.036	72.933
Produtos em elaboração	90.155	74.995
Matéria-prima e componentes	72.745	55.742
Importações em andamento	4.287	1.551
Total	228.223	205.221

8. INVESTIMENTOS E INTANGÍVEL

	Controladora	Consolidado
Investimentos:	31/12/10	31/12/09
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)
Participação no capital social	99,999%	100%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controladora em 31 de dezembro de 2010	26.800	1.104
Saldo inicial do investimento em 31 de dezembro de 2009	33.946	2.496
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(3.062)	(692)
Aumento de capital (b)	7.842	-
Dividendos declarados e distribuídos (c)	-	(11.335)
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto de controladora	(12.002)	(624)
Provisão para passivo a descoberto de controladora	76	(76)
Valor patrimonial equivalente - saldo final	26.800	1.104
Investimento em controladas	26.800	26.534
Agio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-
Total dos investimentos em controladas	-	-
Provisão para passivo a descoberto - controlada Intangível:	-	(2.561)
Intangível - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-
Cessão de direitos sobre projetos - Digmotor	-	-
Cessão de direitos sobre projetos - Lazzati	-	-
Cessão de direitos sobre projetos - PFG S.r.l.	-	-
Total do intangível - controladora	-	-
Agio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-
Total do intangível - consolidado	-	-

(a) Os ativos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações. (b) Em 08 de dezembro de 2009, através da Ata RCA 24/09, foi aprovada pelo Conselho de Administração a capitalização do mútuo que a Companhia mantinha com a sua controlada Romi Itália, no valor de R\$1.591 na data da capitalização. Houve outros aumentos de capital durante o exercício de 2009, através do envio de numerários, que somados ao valor do aumento de capital decorrente do mútuo, totalizaram R\$35.263. Durante o exercício de 2010 houve vários aumentos de capital na Romi Itália, através do envio de numerários, que totalizaram R\$62,1 (equivalente a R\$ 7.842 nas datas das capitalizações). (c) Dividendos distribuídos pela controlada Rominor, conforme Assembleia Geral Ordinária - AGO de 24 de março de 2009, no valor de R\$17.782, sendo R\$16.549 conforme a participação da Companhia, referente a lucros acumulados em exercícios anteriores. O valor de R\$3.343, sendo R\$3.112 conforme a participação da Companhia, refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios propostos sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Em 2010, os dividendos distribuídos conforme a AGO de 15 de março de 2010, no valor de R\$9.362, sendo R\$8.713 conforme a participação da Companhia, referente a lucros acumulados em exercícios anteriores. O valor de R\$2.815, sendo R\$2.622 conforme a participação da Companhia, refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios propostos sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. (d) Refere-se ao aumento de capital da Helen Acquisition Corp. ocorrido nos dias 06, 07 e 08 de abril de 2010, conforme Ata do Conselho de Administração da Helen Acquisition Corp., equivalente a US\$92 milhões.

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

	Contas a receber		Mútuos a receber		Total a receber		Contas a pagar		Total a pagar	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Romi Europa	25	191	576	-	601	191	51	14	51	14
Rominor	2.621	3.112	-	-	2.621	3.112	91	94	91	94
Romi Itália	5.542	5.533	7.182	12.724	12.724	5.533	-	-	-	-
Romi Machine Tools	4.272	2.395	6.118	9.390	10.390	11.785	-	53	-	53
Intercean	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
Romi A.L.	-	-	-	-	-	-	23	27	23	27
Total	12.466	11.231	13.876	9.390	26.342	20.621	165	188	165	188

	Controladora - transações
Vendas	31/12/10
Romi Europa	194
Rominor	191
Romi Machine Tools	468
Romi Itália	1.004
Romi A.L.	-
Total	1.857
Despesas operacionais	31/12/10
Romi Europa	7.923
Romi Itália	2.414
Romi A.L.	840
Total	11.177
Receitas financeiras	31/12/10
Romi Europa	169
Romi Itália	399
Romi A.L.	231
Total	799

Os contratos de mútuo possuem prazos de vencimento predeterminados, são vencíveis no curto e longo prazos e são remunerados pela taxa LIBOR semestral mais juros de 1% ao ano e variação cambial. Os contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e as controladas destinam-se, basicamente, a aumento de capital de giro para apoio financeiro a essas controladas. A controlada Rominor é garantidora de parte das operações de FINAME Fabricante, efetuadas pela controladora através da emissão de notas promissórias e avais (vide nota explicativa nº 13). A controladora possui, ainda, contratos de aluguel de imóveis com a Rominor, utilizados para sediar as operações das filiais de vendas espalhadas no território brasileiro. A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração.

11. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado controladora:

	Terrenos	Prédios e pátiós	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	19.610	79.511	157.425	8.023	1.937	16.639	3.787	359.654
Adições	1	-	10.156	80	129	2.492	(398)	54.252
Alienações	(247)	(460)	(6.854)	(170)	(154)	(456)	-	(9.952)
Transferências	737	80.527	28.823	9	79	(110.186)	-	125
Saldo em 31 de dezembro de 2009	20.101	159.578	189.550	7.942	2.048	18.754	2.717	3.389
Adições	(515)	(1.311)	(2.875)	(330)	(54)	(1.263)	(56)	(6.467)
Alienações	-	4.495	5.472	3	15	979	(10.964)	-
Transferências	19.586	162.762	208.099	7.828	2.416	20.870	7.997	837
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	22.333	91.134	4.944	1.352	9.583	-	129.346
Depreciação acumulada	-	4.278	11.317	451	302	2.215	-	18.563
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	(15)	(5.907)					



ROMI | TRADIÇÃO EM INOVAR

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63
www.romi.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Depreciação e amortização	23.313	18.895	24.041	19.950
Despesas com pessoal	177.836	166.620	202.319	191.235
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	284.408	198.632	297.739	210.721
Frete	10.653	7.952	11.901	8.893
Outras despesas	51.243	30.061	63.107	42.405
Total	547.453	422.160	599.107	473.204
Classificado como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	399.878	301.910	430.776	328.138
Despesas com vendas	56.455	49.712	62.687	55.224
Despesas gerais e administrativas	56.422	40.245	69.168	57.508
Pesquisa e desenvolvimento	23.489	21.088	24.838	22.722
Participação e honorários da Administração	9.676	7.753	9.809	7.849
Despesas Tributárias	1.533	1.452	1.829	1.763
Total	547.453	422.160	599.107	473.204

26. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	5.239	8.358	7.808	10.819
Juros de duplicatas a receber	9.691	7.992	9.460	7.387
Juros de impostos a recuperar (a)	8.782	-	8.782	-
Total	23.712	16.350	26.050	18.206
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(15.518)	(6.252)	(15.631)	(6.739)
Outras	(889)	-	(899)	-
Total	(16.407)	(6.252)	(16.520)	(6.739)

a) Trata-se de ação judicial que visava à restituição da contribuição previdenciária incidente sobre os pagamentos efetuados a autônomos e administradores no período de outubro de 1989 a julho de 1994. Após o trânsito em julgado e a renúncia à execução judicial do acórdão, em março de 2010 a Companhia efetuou pedido de habilitação de crédito junto com a Receita Federal do Brasil,

que foi deferido em junho de 2010. Esses valores foram integralmente compensados com as contribuições previdenciárias geradas em 2010.

27. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Resultado da venda de ativos (*)	1.970	6.493	2.479	6.951
Provisão para passivo a descoberto de controlada	(514)	(2.665)	-	-
Total	1.456	3.828	2.479	6.951

(*) Em 2009, refere-se basicamente à venda dos ativos imobilizados, tecnologia, propriedade intelectual e industrial da unidade de negócio de ferramentas de alta precisão denominado Romicon. Outras informações podem ser obtidas no fato relevante disponibilizado em 07 de maio de 2009.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 8 de fevereiro de 2011.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto Presidente Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente	Paulo Romi Mônica Romi Zanatta Paolo Guglielmo Bellotti	Alexander Bialer Pedro Mader Meloni Luís Carlos Fernandes Afonso
--	--	---

CONSELHO CONSULTIVO

Romeu Romi - Presidente	Einar Alberto Kok - Vice-Presidente	Antonio C. A. Sodré Filho
--------------------------------	--	----------------------------------

CONSELHO FISCAL

Alfredo Ferreira de Marques Filho	Antonio Nelson Naime	Sergio de Vasconcelos Rodrigues
--	-----------------------------	--

DIRETORIA

Livaldo Aguiar dos Santos Presidente - Diretor	Willian dos Reis Vice-Presidente
José Carlos Romi - Diretor Sergio Roberto Novo - Diretor Hermes Alberto Lago Filho - Diretor Luiz Cassiano Rando Rosolen - Diretor	Fábio José de Azevedo Degan - Diretor José Carlos Pantaroto Contador CRC 1SP200388/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A., tendo procedido ao exame das informações disponibilizadas, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes,

datado de 8 de fevereiro de 2011 e tendo recebido os devidos esclarecimentos por parte da Administração, concluíram nada ter a objetar ou reparar com relação às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício fiscal de 2010, aprovadas, por unanimidade, em reunião do Conselho de

Administração, realizada nesta data, e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.
Santa Bárbara d'Oeste, 8 de fevereiro de 2011

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Indústrias Romi S.A.**, Santa Bárbara d'Oeste - SP
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Romi S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
A Administração da Companhia é a responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos Auditores Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito

dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião sobre as Demonstrações Financeiras Individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Opinião sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligada e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.
Outros Assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado, individual e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Campinas, 8 de fevereiro de 2011

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

